



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

MILTON BEZERRA GOMES NETO

**A INTERLOCUÇÃO ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E A
DOCUMENTOSCOPIA NO RECONHECIMENTO DE FALSIFICAÇÃO
DOCUMENTAL.**

**Belém/PA
2019**

MILTON BEZERRA GOMES NETO

**A INTERLOCUÇÃO ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E A
DOCUMENTOSCOPIA NO RECONHECIMENTO DE FALSIFICAÇÃO
DOCUMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do grau e Bacharel em Arquivologia do curso de Arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Gilberto Gomes Cândido

**Belém/PA
2019**

MILTON BEZERRA GOMES NETO

**A INTERLOCUÇÃO ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E A
DOCUMENTOSCOPIA NO RECONHECIMENTO DE FALSIFICAÇÃO
DOCUMENTAL.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Arquivologia.
Orientador: Prof. Me. Gilberto Gomes
Cândido.

Aprovado em: / / 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido

Prof. Dra. Renata Lira Furtado

Prof. Dr. Fernando, de Assis Rodrigues

Dedico este trabalho:

A minha família Em especial aos meus pais, Milton e Maria.

As minhas irmãs e sobrinha.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré que permitiram o acontecimento de todas as coisas em minha vida, não somente universitária, assim como pessoal; rogo ainda por sua intercessão aos meus entes queridos que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu orientador Professor Gilberto Gomes, pela sua orientação, paciência, apoio e confiança dedicada à elaboração deste trabalho, assim como aos conselhos prestados quando eu mais precisei de um ombro amigo durante momentos turbulentos que vivi no decorrer da elaboração deste, minha eterna gratidão a você, pois além de ser meu orientador se tornou meu amigo, muito obrigado.

A Professora Renata Lira, não existem palavras que possam dizer o quanto sou grato pelo apoio e tempo dedicado a me escutar em momentos que pensei em desistir do curso, saiba que jamais esquecerei o que fez por mim e por meus amigos, só lhe peço mais uma coisa continue sempre na luta estudantil.

A todos os meus familiares, em especial meus tios e padrinhos (Iran, Nega, José costa, Hagamenom, Eliane e Edileusa) e primos em especial a minha facção que sempre que possível e solicitado me apoiaram da forma que lhes tocava, saibam que se não fossem vocês eu não teria conseguido chegar até o fim desta jornada.

Aos meus pais e irmãs primeiramente peço-lhes desculpas pois sei o quanto tenho me ausentado do convívio com vocês, mas quero que entendam que tudo o que fiz e faço e em busca de conseguir um futuro melhor para todos nós, somos conhecedores de todas as divergências pelas quais passamos nos últimos dois anos, contudo sempre que um precisou, os outros estavam lá, espero de coração que todas as diferenças possam ser superadas e nossa família possa coexistir em paz, pois sem vocês não vejo um sentido em seguir com tudo isso. A vocês minha vida, muito obrigado.

A todos do CIAC em especial meus companheiros de trabalho, ao Fellipe, a Wilmem e a Larissa que sempre estiveram dispostos a me ajudar e ensinar, assim como os demais colegas do melhor local de estágio dessa universidade (carinha do WhatsApp com óculos pretos) que além disso tronaram-se amigos, cabe ressaltar também meus amigos do antigo trabalho, de onde surgiu a ideia desta pesquisa, Gilberto Araújo, Canhoto, Jorge Lima, Romualdo e Daniel, meu muito obrigado a todos vocês.

Por último, mais não menos importante, aos meus amigos, da UFPA (o grupo dos 5 que virou 7, a minha baiana arretada Tania, Natasha) ou não que desde o início estiveram ao meu lado e também não deixaram que eu desistisse, vocês sempre estarão em meu coração, vocês são fo.... amo vocês pra ca.....

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Aprende que quando está com raiva tem o direito de estar com raiva,
Mas isso não te dá o direito de ser cruel.
Descobre que só porque alguém não a ama do jeito que você quer que ame não significa que
esse alguém não o ama com tudo o que pode,
Pois existem pessoas que nos amam,
mas simplesmente não sabem como demonstrar ou viver isso.
Aprende que nem sempre é suficiente ser perdoado por alguém...
Algumas vezes você tem de aprender a perdoar a si mesmo.
Aprende que com a mesma severidade com que julga,
você será em algum momento condenado.
Aprende que não importa em quantos pedaços seu coração foi partido,
o mundo não para, para que você o conserte.

Aprende que o tempo não é algo que possa voltar.
Portanto, plante seu jardim e decore sua alma,
em vez de esperar que alguém lhe traga flores.
E você aprende que realmente pode suportar...
Que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode
mais.

E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida!
Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar se não
fosse o medo de tentar.

William Shakespeare: O Menestrel

GOMES NETO, Milton Bezerra. **A INTERLOCUÇÃO ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E A DOCUMENTOSCOPIA NO RECONHECIMENTO DE FALSIFICAÇÃO DOCUMENTAL**. 2019. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

RESUMO

Com o passar dos anos, o ser humano foi evoluindo sua capacidade cognitiva de manusear, criar e armazenar seus documentos. Contudo, seu desejo natural de se sobressair perante a sociedade ainda permanece revelado, muitas vezes, até mesmo para práticas ilícitas. Um dos meios os quais essa forma é utilizada é na falsificação documental, esta pesquisa tem como objetivo analisar os elementos da cédula de identidade expedida pela Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA) a partir dos conceitos e técnicas relacionadas a diplomática contemporânea e a documentoscopia, com o intuito de apreciar suas técnicas para reconhecer a autenticidade de determinado documento, neste caso a cédula de identidade, observando pontos correlacionados para que se possa propor uma interlocução visando uma melhor análise do documento, assim como para mostrar a contribuição do Arquivista no quadro de colaboradores da Polícia Civil; tais objetivos serão alcançados após desenvolvermos os conceitos das duas ciências por meio de um levantamento bibliográfico e a avaliação e proposição de padrões de verificação de autenticidade, o presente levantamento se deu por meio de artigos, livros, sitio web e periódicos, pesquisados por meio de palavras chave como Diplomática, Falsificação de documentos, Documento Civil e Documentoscopia; com base nos estudos se apresenta a correlação das ciências em atribuir valor probatório e a autenticidade aos documentos, verificamos ainda a necessidade de estudos mais aprofundados acerca do tema, haja vista, que a temática poderia ser inserida no projeto pedagógico do curso de Arquivologia como uma disciplina optativa abrindo mais um leque de possibilidade para a atuação da Ciência Arquivística, assim como do Arquivista.

Palavras-chave: Documentoscopia. Diplomática Contemporânea. Falsificação documental. Autenticidade.

ABSTRACT

Year by year, the humans were increasing their cognitive abilities of to handle, create and save their documents. However, their natural wishes to be the best in the society still remains revealed, many times, even to illegal practices. A way that practice was used it's by document forgery, this researching has as a goal is analyzing the elements of ID card issued by Civil Police of State of Para (PCPA) starting by concepts and techniques related to contemporary diplomacy and documentology, as the intent to appreciate your techniques to recognize the authenticity of the particular document, in this case, ID card, observing correlated points so that an interlocution could be proposed aiming at a better analysis of the document, as well as to show the contribution of the Archivist in the staff of the Civil Police, such goals will be achieved after we develop the concepts of the two sciences through a survey bibliographic and the valuation and proposition of authenticity verification standards, the present survey was created by articles, books, sites and periodicals, civil documents and Documentology; based on the studies the correlation of the sciences in assigning probative value and the authenticity to the documents the was also a need for further studies on the subject, given that the theme could be inserted into the pedagogical project of the Archival course as an optional subject opening another range of possibilities for Archivist Science as well as Archivist.

Key-words: Documentology. Contemporary Diplomacy. Document forgery. Authenticity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Elementos externos e internos da crítica diplomática ideal	32
Quadro 02 - Método diplomático ideal.....	33
Quadro 03 - Áreas e exames Documentoscópicos.....	37
Quadro 04 - Elementos técnicos usados em Grafoscopia.....	39
Quadro 05 - Técnicas utilizadas na verificação de autenticidade do documento a partir da documentoscopia.	46
Quadro 06 - Interlocução entre a Diplomática Contemporânea e a Documentoscopia	47
Quadro 07 - Padrão de análise diplomática	48
Quadro 08 - Padrão de análise da documentoscopia.....	50
Figura 01 - Cédula de identidade.....	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ART	Artigo
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPC	Código de Processo Civil
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivo
NBR	Norma Brasileira
PCPA	Polícia Civil do Estado do Pará
PCIVIL	Polícia Civil
RG	Registro Geral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. OS ASPECTOS DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL.	15
2. 1. CÉDULA DE IDENTIDADE E A SUA ESTRUTURA.	16
3 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E DOCUMENTOSCOPIA COMO METODOLOGIAS DE ANÁLISE.....	20
3.1 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA	23
3.2 DOCUMENTOSCOPIA.....	34
4 INTERLOCUÇÃO ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E DOCUMENTOSCOPIA.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO A.....	57

1 INTRODUÇÃO

A confecção da identidade civil ocorre por meio das informações que são caracteres/elementos de representação do indivíduo perante a sociedade em que esse está inserido. Logo, para elaboração desse documento se faz uso de um prontuário que busca coletar dados que o represente como sendo único no âmbito social.

Vale ressaltar que existem variações de nomenclatura sobre o documento abordado, podendo o mesmo ser denominado de: cédula de identidade, carteira de identidade ou simplesmente registro geral (RG).

A padronizar a utilização desta nomenclatura nesta pesquisa, optamos pelo termo “cédula de identidade” ao se tratar do documento, facilitando assim a compreensão do assunto abordado.

E por meio do prontuário que os dados do indivíduo são coletados a partir dos demais documentos pessoais, tais como: o cadastro de pessoa física (CPF), a certidão de nascimento, dentre outros; compilando-os em um único meio, o qual será utilizado como base pelos profissionais no processo de formulação do documento abordado.

Expomos a relevância da veracidade nas informações prestadas pelo usuário, por meio delas que a cédula de identidade será gerada e contribuirá na garantia dos direitos e deveres ao cidadão comum na sociedade em que está inserido.

Temos como problema da pesquisa os métodos, o processo e o produto que autêntica a veracidade da cédula de identidade, que fosse além do método de documentoscopia já utilizado pelo órgão da polícia civil. De modo, ao delimitar a problemática em questão buscamos na diplomática contemporânea os aspectos que pudessem vir ou não a colaborar para com a indagação proposta, cujo intuito seria complementar o método de documentoscopia.

Alinhamos a diplomática contemporânea aos estudos de tipologia e suas abrangências para com a gênese, atuação e uso. Sendo assim, todo o processo de elaboração do documento perpassa pela ideia de que o mesmo exista para subsidiar uma necessidade, advinda da atividade e da função da sociedade.

A documentoscopia por sua vez, é uma ciência especializada de ordem técnica tendo por objetivo o estudo, a pesquisa e a interpretação de falsificações ou adulterações de documentos civis a partir de um olhar forense contendo métodos específicos voltados para o reconhecimento da autenticidade em documentos civis.

Ambas as ciências estão intimamente relacionadas com a busca ao reconhecimento de autenticidade dos documentos e o combate à falsificação dele, afinal ambas trabalham com os elementos interno e externo do documento em vista de alcançar seus objetivos.

Todavia, cada uma possui sua particularidade, a diplomática está voltada para o estudo do tipo documental e do porquê aquele documento foi produzido, enquanto a documentoscopia está mais voltada para a análise dos documentos com fins judiciais utilizando-se de procedimentos destrutivos ou não para assim poder atestar a sua veracidade.

A falsificação documental é uma prática ilícita que se adapta com o passar dos tempos, que acabou se tornando uma prática corriqueira na sociedade. Desta forma, analisar a veracidade das informações contidas nos documentos com intuito de comprovar sua legitimidade, pode vir a ser um papel da diplomática e da documentoscopia por meio de uma interação entre os métodos.

Para que tal projeção ocorra, temos que conhecer seus pontos de interlocução a fim de que se estabeleça uma relação entre as duas ciências e ao mesmo tempo onde se distanciam a partir de sua perspectiva de análise documental.

Deste modo, temos como objetivo geral conhecer os métodos utilizados pela diplomática contemporânea e a documentoscopia na forma de atribuir autenticidade aos documentos, tendo como base a cédula de identidade expedida pela Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA).

Assim, se tem como objetivos específicos:

- Demonstrar a interlocução entre as metodologias, diplomática contemporânea e Documentoscopia, por meio dos elementos intrínseco e extrínseco.
- Contribuir para a visualização das etapas do processo de comprovação da veracidade do documento com a aplicação dos procedimentos metodológicos apresentados.

Para atingir tais objetivos, utilizamos de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, perpassando pelo levantamento da literatura a fim de se expandir o *know how*¹ do arquivista.

¹ É o conjunto de conhecimentos práticos (fórmulas secretas, informações, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) adquiridos por uma empresa ou um profissional, que traz para si vantagens competitivas.

Análogo a isto, fomentar a entrada do Arquivista no quadro de funcionários da Polícia Civil do Estado do Pará, visto que hoje em seu quadro de colaboradores não se tem conhecimento de nenhum Arquivista². Além disto, vale ressaltar a escassez de referencial teórico disponível online sobre o método de documentoscopia.

No decorrer desta pesquisa será abordado os aspectos do documento civil como uma fonte de identificação, afinal entendemos que todo documento tem elementos e características que nos identificam enquanto indivíduos de uma sociedade e contribuem na garantia de nossos direitos.

Deste modo, a pesquisa se desenvolveu em três capítulos assim delineados:

O capítulo 02 versará sobre o documento de identificação civil, apresentando seus aspectos e conceitos a partir da legislação vigente.

O capítulo 03 apresenta os conceitos das ciências abordadas para o reconhecimento da autenticidade a partir de uma perspectiva metodológica, baseando-se em estudos de autores das duas ciências.

O capítulo 04 abordará uma interlocução entre as ciências utilizadas, expondo ao leitor a forma que seus métodos dialogam e relatando as considerações da pesquisa apresentada.

Com base na estrutura apresentada buscamos mostrar de forma mais clara o decorrer deste trabalho.

2. OS ASPECTOS DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL.

Em uma visão mais ampla e corriqueira do que se trata um documento, podemos dizer que sua definição se baseia em um meio de dados pessoais atribuídos a um indivíduo de cunho físico.

Todavia a autora Bellotto (2004) traz o aumento deste conceito como “Qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o [ser humano] se expressa” acrescentando a isso o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (2005, p. 73) ressalta que “documento é toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”,

Assim sendo, os elementos que permeiam um documento de identificação civil são pautados nos registros de dados estabelecidos a determinado cidadão, ou seja, um documento civil, neste caso a cédula de identidade, é uma peça dos registros de informação compilados para identificar um cidadão, o qual independe do formato em que se registra o mesmo.

Entretanto, para a confecção do documento em questão, se faz necessário o preenchimento de um prontuário ou ficha datiloscópica onde será registrado os dados do cidadão a partir dos documentos pessoais solicitados

Portanto o documento apresentará em sua estrutura, dados os quais são provenientes de outros documentos básicos inerentes a cada cidadão e indispensáveis para sua identificação na sociedade, tais como: Cadastro de pessoa física (CPF), certidão de nascimento e logradouro, sendo que, este último estará registrado somente nos prontuários (físico e eletrônico).

Haja vista que o prontuário acompanha todo o processo de elaboração do documento e decorrente desde a coleta dos dados (fase inicial), a conferência dos dados coletados, a redação do documento onde o mesmo será lavrado e em seguida entregue ao cidadão, somente a partir deste processo o prontuário será encaminhado para o seu devido arquivamento.

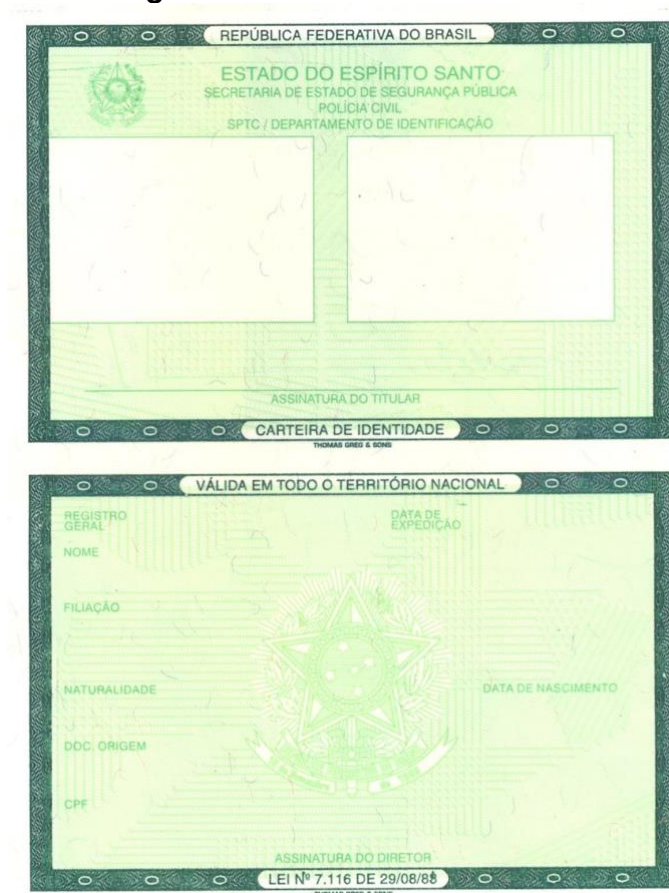
Vale salientar que o prontuário será arquivado como fonte de prova, o qual poderá ser utilizado para atestar a veracidade das informações ali prestadas no momento da coleta de dados e auxiliar na identificação do cidadão perante os órgãos.

2. 1. CÉDULA DE IDENTIDADE E A SUA ESTRUTURA.

A cédula de identidade é um documento oficial nacional obrigatório para a identificação civil, por meio dele o cidadão está respaldado sobre seus direitos e deveres no momento de seu reconhecimento.

Atualmente, é reconhecida no país por meio da Lei N° 7.116 de 23 de agosto de 1983 (BRASIL, 1983) a qual assegura a validade da cédula em âmbito nacional e institui a sua expedição estando a mesma escrita no avesso do documento e inferior centralizado, conforme ilustração abaixo:

Figura 01 - Cédula de identidade



Fonte: adaptado pelo autor de GOVERNMENT, 1992.

Haja vista que nele constam dados, os quais variam de acordo com o órgão responsável por sua emissão. Atualmente, cada unidade federativa é responsável pela confecção de sua cédula de identidade, no Brasil o artigo 3º da Lei 7116/1983, expõe que a cédula de identidade deverá conter os seguintes elementos básicos:

- “a) Armas da República e inscrição "República Federativa do Brasil";
 - b) nome da Unidade da Federação;
 - c) identificação do órgão expedidor;
 - d) registro geral no órgão emitente, local e data da expedição;
 - e) nome, filiação, local e data de nascimento do identificado, bem como, de forma resumida, a comarca, cartório, livro, folha e número do registro de nascimento;
 - f) fotografia, no formato 3X4 cm, assinatura e impressão digital do polegar direito do identificado;
 - g) assinatura do dirigente do órgão expedidor. ”
- (Brasil, 1983).

Contudo, pressupomos que os estados possuem autonomia para criar seu modelo de prontuário, assim como o documento final de acordo com suas necessidades, entretanto está sujeito à aprovação do Poder Executivo Federal, conforme consta no Art. 10º da Lei Nº: 7116/1983 o qual ainda poderá emitir normas complementares a fim de que se cumpra o estabelecido na legislação exposta.

Destacamos ainda a inexistência de impedimentos para que um cidadão brasileiro possua uma cédula de identidade em outra unidade federativa, com outro número de registro sem prejuízo ao que recebeu em seu estado de origem, sendo assim, basta que o mesmo se dirija com os documentos necessários até a unidade emitente do documento em outro estado.

Conforme exposto na figura 01, podemos observar a existência de elementos na cédula de identidade que auxiliam em sua autenticação e são intrínsecos e extrínsecos ao documento, pois são inseridos desde o momento de elaboração da base utilizada na impressão dos dados do indivíduo, até após o processo de coleta de dados no prontuário.

Vale Salientar que, segundo Jenkinson (1922) a autenticidade de um documento de arquivo está relacionada a sua integridade, manutenção e preservação, pois de acordo com o autor:

os [documentos arquivos] foram preservados sob a custódia oficial e para a informação oficial [...] Observa-se que, [documentos de arquivo], não são apenas [autênticos] por sua origem, mas, por serem livres de qualquer suspeita de sua utilização para outras finalidades, ou quando disposto em relação aos interesses para o qual agora são utilizados: os [documentos de arquivo], também são causa da sua história subsequente, são igualmente livres de suspeita de terem sido falsificados por motivo daqueles interesses (JENKINSON, 1922, *apud* CÂNDIDO, 2014, p.30).

Paralelo a isto, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) expõe que a autenticidade é uma “atestação de que um documento é verdadeiro ou de que uma cópia reproduz fielmente o original, de acordo com as normas legais de validação. ”, corroborando a isso temos a definição exposta por meio do glossário do Projeto Interpares (2016) que descreve autenticidade “como a confiabilidade de um documento como um registro; ou seja, a qualidade de um registro que é o que pretende ser e que é livre de adulteração ou corrupção [Arquivos].(Tradução nossa) ”

Com isso, ressaltamos ainda que os elementos intrínsecos são aplicados no documento a partir de atos normativos apresentado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a qual possui três regulamentos que estão relacionadas a impressão dos elementos de segurança, são elas: ABNT 15368:2016, 15539:2016 e 15540:2013.

Assim sendo, como primeiro ato utiliza-se pela norma ABNT 15368:2016 - Tecnologia gráfica - Impressos de segurança - Terminologia, que revisa a norma ABNT NBR 15368:2006 busca definir e listar elementos e delibera os impressos de segurança como “aquele que incorpora elemento ou elementos específicos que permitam identificar a autenticidade do impresso, inibindo as tentativas de fraude”.

Por conseguinte, a norma ABNT 15539:2016 - Tecnologia gráfica - Métodos de identificação de elementos de segurança, que revisa a norma ABNT NBR 15539:2007 proporciona métodos de identificação de informações para uso em impressos de segurança.

Subsequente a isto, a norma ABNT 15540:2013 – Tecnologia gráfica – Análise de um sistema de segurança – Requisitos, essa norma mostra as condições a um sistema de gestão de segurança para tecnologia gráfica, a fim de que uma empresa possa ser autenticada como participante da cadeia produtiva do impresso de segurança.

Segundo D’álmeida, et al (2015) a lista de informações usadas em impressos de segurança é bastante ampla e envolve: “desenhos (fundo numismático, rosáceas, traços aleatórios, etc.), textos (micro letras, falhas e erros propositais, etc.), tintas (que apagam, reativas a agentes químicos, fluorescentes, etc.), dispositivos ópticos variáveis, holografias e processos de impressão (calcografia, ofsete seco, tipografia, etc.) ”.

Todavia, após a elaboração do documento ainda são inseridos outros elementos que auxiliam no reconhecimento de autenticidade, tais como o carimbo

perfurado, onde grafa-se na foto do cidadão a sigla “PCIVIL”, o carimbo e assinatura da autoridade responsável pelo setor de emissão do documento e por fim no anverso o número do prontuário no qual foram registradas as informações contidas no documento, assim o documento passa a conter mais elementos que visam contribuir para seu uso diplomático em todo o território nacional.

3 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E DOCUMENTOSCOPIA COMO METODOLOGIAS DE ANÁLISE.

Atualmente a diplomática, ciência autônoma, influencia outras áreas do saber como o Direito, a História, a Administração, a Informática, dentre outras, com grande aplicação no campo da Arquivística, uma vez que auxilia no contexto de produção de documentos e nas relações destes com as atividades/funções dos órgãos produtores, através do estudo dos tipos documentais (LIMA; FLORES, 2015).

Ao que tange ao conceito de Diplomática, cabe ressaltar que houve um progresso quanto ao seu entendimento, a partir da compreensão do seu campo de atuação. O presente capítulo expõe os conceitos de acordo com a sua cronologia, os quais no decorrer do tempo, perpassam pelas seguintes fases: Antiga, Clássica, Moderna e Contemporânea.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), “a Diplomática é a disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura formal e a autenticidade dos documentos”, sendo assim, quanto às características intrínsecas e extrínsecas do documento (estrutura, elementos, regras de composição lógica do texto e sua afinidade com os demais dados). Dessa forma, contribuindo consideravelmente para a garantia da veracidade dos mesmos (SILVA; FLORES, 2018).

Como já mencionado, a compreensão quanto ao conceito de diplomática modificou-se com o passar dos tempos, até chegar no conceito supracitado. Ademais, cabe mencionar o decorrer do desenvolvimento desse conceito.

Esta ciência tem sua origem em meados do século XVII, ligada ao surgimento da Paleografia, visando definir a veracidade dos documentos medievais (SILVA; FLORES, 2018), a partir das desconfianças abordadas por Daniel Van Papenbroeck sobre a autenticidade dos diplomas² da dinastia merovíngia (séculos V a VIII) sob custódia do mosteiro beneditino de *Saint-Denis*, os quais fundamentaram a maioria dos direitos patrimoniais da época (RONDINELLE, 2014).

Tal fato foi retratado a partir das duas primeiras partes dessa publicação, onde o autor Mabillon, a partir do esboço de informações, tais como: escrita, selos, suporte, tinta, dentre outros, desenvolveu normas universais aplicáveis aos diplomas

² Segundo Cândido (2014, p. 65), eram documentos “aos quais se atribuía qualidade de autenticidade unicamente porque esses eram depositados em um templo específico.”

medievais (privilégios, escrituras, alvarás). Contudo, vale salientar que nas quatro partes remanescentes do tratado, o monge transmitiu a forma como essas regras deveriam ser aplicadas, sendo a sexta parte composta de reproduções de cerca de duzentos documentos com os argumentos sobre sua autenticidade (MACNEIL, 2000).

Seguindo esse pensamento os autores Silva e Flores (2018), corroboram o exposto por Rondinelle (2014) de que a Diplomática obteve sua emancipação como ciência após compreender que seus métodos singulares fundamentaram sua atuação como uma ciência autônoma. Ademais, os autores Tognoli e Guimarães (2009) complementam que sua finalidade era estabelecer regras para dar veracidade aos documentos eclesiásticos.

Desse modo, Rondinelle (2014) afirma que Mabillon definiu a diplomática como uma nova ciência em busca de estabelecer termos e regras para serem utilizados como instrumento no momento de distinguir a autenticidade dos documentos. Dessa forma, compreendemos a primeira fase, a Diplomática antiga.

Segundo Duranti (2009 a, p. 2) “A diplomática clássica usa os conceitos e métodos desenvolvidos por [diplomatas] que viveram entre os séculos XVII e XVIII, e estuda alvarás, instrumentos e escrituras medievais”, ou seja, perpetra isso de modo retrospectivo, isto é, por meio de documentos antigos.

Paralelo a isso, Tessier (1952 *apud* Cândido, 2014, p. 10) ressalta que Mabillon foi o autor mais importante para a diplomática clássica ao utilizar o método de contraposição dos caracteres/elementos de um documento original com outro que está sendo analisado.

Em face disso, observamos que a diplomática moderna não é um desenvolvimento da Clássica, contudo expõe a existência de um paralelo, assim como objetos de estudo de diferentes épocas (DURANTI, 2011).

Assim sendo, Duranti (2009 a) destaca ainda a distinção entre as considerações de diplomática clássica e moderna a partir dos conceitos de documento arquivístico e diplomática, ao que tange a diplomática clássica ressalta que:

[...] um documento arquivístico é um documento (isto é, informação afixada num suporte) que constitui, a evidência escrita de um fato de natureza jurídica, compilado de acordo com determinadas formas, as quais visam dotá-lo plenamente de fé e crédito. Por essa razão a diplomática clássica estuda apenas documentos feitos para ter consequências legais, e por isso exigem formas documentais

específicas, e é definida como o conhecimento de regras formais que se aplicam a documentos arquivísticos legais.

Contudo, para a diplomática moderna:

[...] um documento arquivístico é um documento criado (isto é, produzido ou recebido e retido para ação ou referência) no curso de uma atividade como instrumento e subproduto dessa atividade. Por essa razão a diplomática moderna se interessa por todos os documentos produzidos no curso de todo tipo de negócios [...].

Após isso, Silva e Flores (2018) afirmam que ao chegar no século XX, houve uma modificação quanto ao entendimento da Diplomática, compreendendo que seu escopo possuía uma intrínseca relação com o objeto de estudo da Arquivística, expandindo seu campo de atuação abarcando os documentos contemporâneos. Afinal, o principal aporte de Mabillon trouxe uma relação com a ideia de distinção do que é verdadeiro ou falso, a partir de métodos objetivos, associando-o, entre a aplicação da dúvida com a devida coerência e cuidado, distinguindo-se do que Papenbroeck buscava com o juízo de valor.

De acordo com Rondinelle (2011, p. 116) a diplomática moderna desenvolveu-se como um processo que não está mais restrito quanto aos documentos arquivísticos jurídicos ou que contém intrinsecamente consequência legal, mas sim a todos os documentos elaborados em virtude de uma pessoa física ou jurídica.

Tognoli e Guimarães (2009, p. 25) mostram que a partir desse entendimento, o arquivista pode ter auxílio da diplomática no momento de assimilar a incumbência do início do processo de elaboração dos documentos contemporâneos.

Com essa concepção a diplomática contemporânea possui caráter significativo para o presente trabalho. Discorreremos sobre este assunto no sub tópico seguinte para que possamos pormenorizar de forma adequada seu entendimento e sua relevância para o trabalho.

3.1 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Essa cronologia abordou de forma significativa o desenvolvimento da diplomática até a contemporaneidade.

Até aqui identificaram-se dois momentos importantes para a história da diplomática, sendo o primeiro pautado na publicação do tratado *De re Diplomatica libri VI* de Mabillon (1681), onde apresentou-se as bases da arte crítica dos documentos, anunciando um modelo com “métodos” pautados na análise dos elementos dos diplomas (TOGNOLI, 2013).

Por conseguinte, a publicação dos trabalhos de Sickel (1867) e Ficker (1877), compondo a base da diplomática moderna, enunciando o conceito de diplomática, assim como o método de análise baseado na comparação de escrituras e do estudo de circunstâncias de criação do documento e seu ato.

Sendo assim, todas as mudanças pelas quais a diplomática passou foram importantes para a sua consolidação na atualidade, em face disso, a diplomática contemporânea e o terceiro ponto de transição, o mesmo e oferecido por Bautier (1962) para enfrentar o esgotamento que está ciência vivenciou em 1950, quando passava por uma estagnação em todo o continente europeu, comparado ao auge vivido na arte crítica na época de Sickel (1867) e Ficker (1877) (TOGNOLI, 2013).

A Diplomática Contemporânea ou Diplomática Arquivística é a definição dada atualmente para a Tipologia Documental ou Análise Tipológica, considera-se uma ampliação, em direção à gênese documental, daquela ciência, pois seus objetivos podem ser resumidos na análise tipológica dos documentos (BELLOTTO, 2008), a autora destaca ainda que a diplomática agora “é chamada ‘diplomática contemporânea’, ‘diplomática Arquivística’, devido ao fato de sua metodologia ser voltada ao estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação e uso” (BELLOTTO, 2014).

Verificamos que até então a diplomática esteve direcionada aos documentos medievais, entretanto, passa a se aproximar da arquivologia por meio dos estudos realizados por Robert-Henri Bautier (1922-2010) durante o século XX, corroborando a isto temos a autora Tognoli (2013) expondo que isso ocorre “uma vez que Bautier foi o primeiro autor a colocar as duas disciplinas em contato”.

Em face disto, sua contribuição à diplomática contemporânea foi relevante, afinal seus questionamentos afirmaram a inexistência de motivos plausíveis para que

a diplomática rejeitasse seu campo, sendo assim Bautier (1961, *apud* Cândido, 2014, p. 70) ressalta que “os documentos administrativos que não sejam aqueles entendidos em sentido estrito”.

Portanto, em sua visão se faz necessário que os diplomatas compreendessem os documentos administrativos a partir de suas duas definições e não o excluísse do esboço da diplomática. Assim, o autor destaca que os mesmos deverão instruir-se de modo a identificar os documentos formados em uma administração, para assimilar e distinguir dois tipos, sendo eles, os atos administrativos e documentos administrativos, os quais

Podem-se chamar de atos administrativos aqueles documentos que têm como intenção regulamentar ou notificar uma decisão ou ainda, são fontes de direitos ou de obrigações. Já os outros documentos, que vamos nos referir de modo geral pelo nome de documentos administrativos, não são atos no sentido estrito, isto é, elaborado para demonstrar um direito: às vezes eles foram escritos para a preparação, da notificação ou a execução de uma decisão, às vezes se destinam a informar à própria administração, no desempenho de uma função ou um mandato. No primeiro caso, temos a maioria das correspondências administrativas: práticas na gênese do ato, eles não podem ser negligenciados pela Diplomática; no segundo caso, podemos incluir relatórios, contas, etc. Em ambos os casos, estes documentos são ou podem ser direta ou indiretamente, fonte de direitos e de obrigações para a administração em si ou para terceiros: vemos assim realmente, que a administração os conservam como arquivos, pois o vê como prova em potencial (BAUTIER, 1961, *apud* CÂNDIDO, 2014).

Por meio disso, Bautier nos apresenta a diplomática sob uma nova perspectiva, a qual possibilita assumir uma relação mais aberta em face ao entendimento de que a gênese documental também começará a ser considerada, pois até este momento notamos a sua restrição aos caracteres/elementos intrínsecos ao documento (CÂNDIDO, 2014).

Isto posto compreendemos que no ponto de vista de Bautier “A Diplomática é a soma dos conhecimentos do que é relevante para o documento, enquanto a Arquivística é a técnica que trata da organização dos fundos de arquivo”, contudo com essas aproximações entre as disciplinas, novas discussões surgiram sobre uma nova diplomática, cujos

métodos da diplomática contemporânea seriam de extrema relevância tanto para o arquivista quanto para o administrador, já que ambos têm

interesses pelo que chamamos hoje de “archives information”, ou “record management”, cujos os estudos se apresentam avançados nos Estados Unidos e podem vir a influenciar diretamente sobre a técnica da administração e sua eficácia. (BAUTIER, 1961, *apud* CÂNDIDO, 2014).

Entretanto, essa proposta não condiz com uma relação direta para com os documentos contemporâneos e sim aos documentos do século XVII e XIX, pois a solidificação da diplomática contemporânea se dá somente após os estudos expostos pelas autoras Paola Carucci e Luciana Duranti, nos quais propõe à diplomática, novos afazeres, vinculando-os aos documentos inerentes a administração pública contribuindo assim para a materialização da arquivologia (TOGNOLI, 2013).

Por conseguinte, ao final da década de 1980 o aporte teórico e metodológico da diplomática à Arquivística encontrou-se finalmente respaldado nos estudos da documentação contemporânea por meio das pesquisas da autora Paola Carucci, onde baseando-se no caminho de Pratesi (1973), o qual foi influenciado por Bautier, já havia previsto há algum tempo que existia um movimento diplomático em rumo aos estudos arquivísticos (TOGNOLI, 2013).

Contudo, tal fato só ocorreu após a autora publicar o livro “*Il documento contemporaneo: diplomática e critério di edizione*” onde sobressalta as fronteiras de matéria do campo da Diplomática, cultivando seu método e acepções à documentação contemporânea da administração pública Italiana.

Em vista disto, sua obra faz jus ao destaque que recebe, devido ao fato de abordar largamente acerca da diplomática aos documentos contemporâneos e seu aporte a Arquivística, do mesmo modo que Bautier, Carucci associa documento arquivístico e diplomático ao determinar como objeto de estudo da disciplina a unidade Arquivística elementar (TOGNOLI, 2013),

A diplomática é, portanto, a disciplina que estuda o documento único, ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, documento, mas também fascículo, registro, analisando, sobretudo, seus aspectos formais a fim de definir a natureza jurídica dos atos, seja quando diz respeito à sua formação, seja quando diz respeito aos seus efeitos (CARUCCI, 1987, *apud* TOGNOLI, 2013).

A partir disto, a autora Tognoli (2013, p. 113) ressalta que mais uma vez a configuração e o interesse jurídico são intrinsecamente relacionados, entretanto a base de conhecimento da Diplomática é estendida não apenas aos documentos que

estão interligados de uma forma ao ato que representa uma manifestação de vontade, mas também ao fato de modificar ou extinguir uma situação jurídica, assim como aqueles que não mostram ou agem em favor da causa jurídica, com base nisso, os documentos de apoio ao mesmo tempo incidem na integração das categorias de documentos que podem ser avaliadas através do método diplomático, e o estudo dos documentos arquivísticos se explica novamente.

Em seguida, Carucci (1987) salienta a necessidade de se estender o conceito de documento para fora da relação com a natureza duramente jurídica de seu conteúdo, a autora evidencia tal tendência ao reconduzir uma ampliação acerca da finalidade da diplomática na análise dos documentos e de suas técnicas ao encontro de determinar seu autor, bem como uma justificativa na evolução da teoria Arquivística, a qual se baseia no fato de que a diplomática não está mais relacionada somente a identificar os caracteres/elementos do documento em face de sua autenticidade.

Afinal, com a reformulação dos princípios jurídicos por parte do estado, a diplomática do documento contemporâneo não se restringe a estabelecer as características de autenticidade e/ou falsidade documental, constatando uma nova finalidade no estudo arquivístico, propondo assim uma observação sobre a criação dos documentos, a começar do micro para o macro.

Paralelo a isso, a análise a respeito do contexto de um documento também é proposta pela Arquivística, devido ao fato de que o documento de arquivo se caracteriza como tal devido seu pertencimento ao conjunto documental, sendo assim um documento de arquivo “é aquele que foi produzido por uma pessoa física ou jurídica, para cumprir ou provar uma atividade específica, mantendo uma relação orgânica com os outros documentos do mesmo fundo” (TOGNOLI, 2013).

A autora observa que ao se estudar a unidade Arquivística elementar, o arquivista poderá compreender e identificar suas relações para com os outros do mesmo fundo, onde o estudo dos caracteres jurídicos e formais do documento são analisados a partir do contexto histórico-institucional no qual a documentação foi elaborada e assim permitir ao arquivista e ao diplomata a possibilidade para se aproximar do estudo das instituições.

Sendo assim, evidenciamos o estudo da forma do documento como objeto solidificado da diplomática onde justificamos tanto para verificar a autenticidade como a falsidade, quanto sua reprodução em um contexto de produção arquivístico. Desta

forma, o documento contemporâneo se mostra através da relação expressa de um ato jurídico e da forma ao qual ele se manifesta, podendo ser analisado por partes mediante os métodos diplomáticos admitindo assim uma análise direta dessa analogia não carecendo de mediadores (TOGNOLI, 2013).

A partir disso, pode se dizer que a ligação entre a análise da escrita e a diplomática contemporânea não está mais evidente, todavia passou a estar vinculada a forma que o documento se firma, passando a incidir sobre a espécie documental, isto é, o modo em que se apresenta a redação oficial do documento em seu ato de registro (CÂNDIDO, 2014).

Cabe ressaltar que para a diplomática o vocábulo *forma* é abordado com o intuito de destacar as regras empregadas para propagar uma mensagem, Segundo Cândido (2014) “O termo se divide em dois sentidos, sendo o físico referente à composição externa do documento, e o intelectual que se refere às suas articulações, é conjunção destes, que nos permite identificar a forma que foi e que dá origem à espécie documental” sendo assim, evidenciamos o fato de que a partir dos caracteres/elementos do documento movimentam-se assuntos públicos, privados ou institucionais.

Em vista disso, Cândido (2014) salienta ainda a ideia de que os profissionais com conhecimento adequado para a identificação da espécie documental devem reconhecer o ato de elaboração desse documento, com o propósito de futuramente analisar seus demais elementos tais como atividade e função evidenciando sua importância em direção a formação da espécie documental.

Destarte, a autora Tognoli (2013) acrescenta que

Apesar da variação sobre a identificação de elementos internos e externos ao documento contemporâneo, a divisão do documento em protocolo inicial-texto-protocolo final se mantém, porém sem suas articulações centralizadas que ora caíram em desuso, ora estão espalhadas pelo documento.

Paralelo a isto, a autora Carucci (1987 apud Tognoli, 2013) soma a esta discussão dizendo que “tais articulações, como invocação, titulação ou saudação, podem ser encontradas nos documentos mais importantes, requerendo uma forma mais solene, mas não constituem uma regra geral, e sim exceção”, a autora ressalta ainda uma ordem a seguir ao analisar um documento, “São eles: autor, destinatário, texto, subscrição e data”, prosseguindo esta ideia, alguns elementos jurídicos também

deverão ser levados em conta, os quais são incluídos no documento após sua elaboração, quer sejam, procedimentos de protocolo e arquivo do documento, bem como sua autenticações.

Logo, após essa adequação ao modelo anterior, o qual passará a ser aplicado na análise do contexto do documento contemporânea a autora Carucci finda a sua contribuição para esta ciência.

Posterior a isso, a autora canadense Luciana Duranti divulga em 1989 a partir de influência sofrida pelas ideias de Carucci sua coleção de artigos intitulada “Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (tradução nossa)” no periódico *Archivaria*, os quais refletiam suas técnicas de confronto entre os documentos da idade média e os documentos contemporâneos, afim de promover um novo emprego para a diplomática, por meio da aplicação de sua análise crítica aos documentos na América do Norte.

Por meio disto, a autora busca interligar a Diplomática aos documentos de arquivo, com o objetivo de determinar seu objeto de estudo, onde alega não abranger qualquer documento escrito, todavia todo documento arquivístico, fator este utilizado como subsidio para que os arquivistas norte-americanos estudem a diplomática devido sua falta de conhecimento acerca do seu fazer (TOGNOLI, 2013).

A partir disso, Duranti concorda que ao se aplicar as técnicas de análise de documento, torna-se irrelevante a mudança dos tipos de princípios e técnicas da diplomática, contudo e necessário uma adaptação voltada a relação direta do contexto para o conjunto.

Portanto, para que o arquivista possa compreendê-lo, a Diplomática Arquivística autoriza que o profissional após sua análise possa deslocar-se do contexto documental imediato até o momento que o documento foi produzido e suas relações por meio de seus elementos internos e externos através da forma de estudo do documento.

De acordo com Tognoli (2013) a autora Luciana Duranti define elementos intrínsecos e extrínsecos a partir das concepções de Carucci e afirma que alguns de seus elementos prescreveram de forma que não fossem mais relevantes a análise dos documentos contemporâneos.

Segundo Duranti (1991), elementos externos “são aqueles considerados como parte material do documento e sua aparência externa. Eles podem ser o meio, a escrita, a língua, os sinais especiais e as anotações.

Por conseguinte, a autora define os elementos intrínsecos como “os componentes integrais da articulação intelectual do documento, ou seja, o modo de apresentação de seu conteúdo, ou as partes que determinam o teor do todo, destacando as já conhecidas seções: protocolo e fórmulas iniciais, texto, escatocolo e formulas finais”, vale ressaltar que a autora recomenda ainda esses elementos deste modo:

PROTOCOLO:

Timbre (entitling): contém o nome, título, competência e endereço da pessoa física ou jurídica que emitiu o documento.

Título do documento (title): testamento, escritura, acordo

Data tópica e cronológica (date): quando e onde o documento foi escrito, ou a ação que ele documenta foi executada.

Invocação (Invocation): “Em nome de Deus” presente em alguns documentos religiosos

Subscrição (superscription): nome do autor do documento e/ou da ação – confunde-se hoje com o nome no timbre

Inscrição (inscription): nome, título e endereço do destinatário da ação ou do documento

[Saudação (salutation)]: forma de cumprimento, que, nos documentos modernos, aparece no escatocolo.

Assunto (subject): declaração sobre aquilo de que trata o documento

Formula perpetuitatis: Sentença que declara que os direitos discutidos no documento são para sempre (presente nos documentos medievais e em alguns documentos modernos)

[Precação (appreciation)]: nos documentos contemporâneos aparece como uma pequena expressão no escatocolo e conclui o documento. Ex: looking forward to; I appreciate; I hope.

TEXTO:

Preâmbulo (preamble): considerações gerais que não estão diretamente ligadas ao assunto do documento, mas que expressam as ideias que inspiraram seus autores.

Notificação (notification): expressa que o ato consignado no documento é comunicado a todos aqueles que nele têm interesse, e que todas as pessoas que dele se ocupam devem estar cientes do conteúdo dispositivo do documento.

Exposição (exposition): narração das circunstâncias concretas e imediatas que geraram o ato e /ou documento.

Dispositivo (dispostion): expressão de vontade e julgamento do autor do documento ou do ato, a qual é expressamente anunciada por meio de um verbo capaz de comunicar a natureza da ação e da função do documento.

Cláusulas finais (final clauses): fórmulas cujo objetivo é garantir a execução do ato, evitar sua violação, garantir sua validade, preservar os direitos das partes, atestar a execução de certas formalidades e indicar os meios empregados para dar aos documentos valor probatórios.

ESCATOCOLO:

Corroboração (corroboration): anuncia os meios para validar o documento e garantir sua autenticidade

[Datas]

[Precação]

[Saudação]

Cláusula complementar (complimentary clause): fórmula que expressa respeito. Ex: sincerely yours.

Atestação (attestation): subscrição das partes que participaram da feitura do documento (autor, escritor) e das testemunhas

Qualificação de assinatura (qualification of signature): menção do título e competência de quem assina o documento

Notas secretariais (secretarial notes): iniciais do datilógrafo, indicação de que o documento é copiado para outras pessoas.

Sendo assim, a diplomática procura a partir de sua análise envolver um estudo voltado ao contexto burocrático de criação dos documentos, onde, não se tem conhecimento acerca dos procedimentos de produção desses documentos e das pessoas que compartilham desses processos. Desse modo, visando a reconstrução do contexto de elaboração documental e a identificação e distinção das pessoas que influenciam no momento de criação do documento (Tognoli, 2013).

A autora ressalta ainda que esta análise busca, assim, atingir o contexto jurídico, administrativo e processual no qual os documentos foram cunhados. Para tanto, a apreciação move seu olhar da configuração documental para o ato gerador do documento. Nessa lógica, o arcabouço da crítica diplomática cogita uma progressão ordenada do geral para o específico, e a análise, segundo Duranti (1990), deve ser administrada da seguinte forma:

ELEMENTOS EXTRÍNSECOS: meio/ escrita/ linguagem/ sinais especiais/ selos/ anotações;

ELEMENTOS INTRÍNSECOS: Protocolo (subseções) / Texto (subseções) /Escatocolo (subseções);

PESSOAS: Autor do ato/ autor do documento/ destinatário do ato/ destinatário do documento/ escritor/ pessoa que autentica/ testemunhas;

QUALIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS: títulos e competências das pessoas envolvidas;

TIPO DO ATO: simples/ contratual/ coletivo/ múltiplo/ continuativo/ complexo ou processual;

NOME DO ATO: venda, autorização, requerimento;

RELAÇÃO ENTRE O DOCUMENTO E O PROCEDIMENTO: especificação da fase do procedimento geral ao qual o documento relaciona-se; e, se o documento resulta de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento específico;

TIPO DE DOCUMENTO: nome (carta, escritura) / natureza (público ou privado) / função (dispositivo, probatório) / estado de transmissão (original, rascunho, cópia);

DESCRIÇÃO DIPLOMÁTICA: contexto (ano, mês, dia, lugar) / ação (pessoas, ato) / documento (nome da forma, natureza, função, estado, meio quantidade);

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS: qualquer documentário que se refira ao documento como um todo.

A análise sugerida por Duranti é mais ampla do que aquela até então vista nos manuais modernos de diplomática. A complicação carece, devido ao fato de que em grande parte, à estrutura da forma do documento contemporâneo e um reflexo da diversidade dos sistemas jurídicos onde são gerados os documentos no século XXI.

A partir da perspectiva de Bautier ao identificar os documentos como objeto da arte crítica, os alcances temporais são abertos, por meio disso se dá a revisão da diplomática. Afinal se o artifício contemporâneo é completo para analisar os diplomas da idade média, para que a análise da documentação contemporânea ocorra se faz necessário a inclusão de alguns elementos.

Por meio disto, o entendimento de que o método é determinado pelo documento a autora Tognoli (2013) sugere a concepção de um “modelo ideal” com base em dados empregáveis na análise de qualquer documento, para qualquer época e contexto empregado! Afinal, até o presente momento foram ressaltados os métodos utilizados em um contexto histórico específico, relacionando-os a criação e uso. Contudo a autora adverte ainda, qual método de análise deverá ser utilizado quando a conjuntura do documento não for estabelecida?

Com isto, a autora buscou um “tipo ideal” ou padrão de análise diplomática para os documentos, em vista disso propôs a constituição de um método analítico com base nos elementos primordiais que estão relacionados aos estudados e que, supostamente, trabalha como uma síntese metodológica apta a lidar com documentos provenientes de qualquer natureza, de qualquer época com o intuito de averiguar o desempenho dos elementos ao longo dos anos.

Para tal, Tognoli (2013) destaca que se deve esclarecer antecipadamente o objeto de estudo da diplomática para dar base a esse método. Sendo assim, Tognoli (2013) expõe que “a informação orgânica registrada em uma forma determinada, produzida e/ou recebida por uma pessoa física ou jurídica no desenvolvimento de uma atividade específica, variável com relação ao lugar e à época, de natureza jurídica ou não”. Entretanto, esta definição não esclarece o objeto e delimita um contexto

específico, conforme apresentado pelos modelos diplomáticos anteriores, os quais, foram voltados a uma diplomática específica, contudo expandem as fronteiras temporais e sua natureza contribuindo para a abertura em direção a ideia de um modelo ideal.

Dessa forma, Tognoli (2013) alega que “o documento pode ser público ou privado, diploma ou eletrônico, possuir uma natureza jurídica ou não, mas é objeto de análise diplomática desde que tenha sido elaborado segundo formas pré-determinadas que lhe ofereçam alguma validade legal”. Assim, apresentou como sendo um modelo ideal de análise de documentos, obedecendo os elementos extrínsecos e intrínsecos do documento

Nesse sentido, apresentamos a seguir, os elementos externos e internos da forma documental que devem ser considerados na crítica diplomática “ideal”:

Quadro 01 - Elementos externos e internos da crítica diplomática ideal

Elementos Externos	Elementos Internos
Material Tipo de escrita Qualidade de impressão Meio de registro Selos e Sinais	Língua Estilo de linguagem Protocolo Inicial (Título/Assunto/Datas/Invocação/Titulação – nome e predicado do autor e destinatário/Saudação inicial) Texto (preâmbulo/exposição/notificação/dispositivo/sanção/corroboração/ anúncio dos sinais de validação) Protocolo Final (precação/Saudação final/datas/subscrição)

Fonte: Tognoli, 2013.

Dessa maneira, a autora inseriu elementos internos e externos na construção do modelo ideal identificando a presença de três indivíduos responsáveis pela construção do documento: o autor, o destinatário e por fim o escritor, entretanto vale salientar que estes devem possuir o conhecimento e respaldo legal adequado para criar/redigir o documento.

Sendo assim, depois de se definir o objeto de estudo da diplomática hoje, os meios que serão utilizados para tal e os responsáveis pelo ato a autora apresenta um quadro propondo a síntese do método diplomático imaginado:

Quadro 02 - Método diplomático ideal

Padrão de análise diplomática
Espécie documental
Tipo documental
Categoria Documental: Dispositivo Probatório Informativo
Natureza do ato: Público Privado
Elementos externos: Material Tipo de escrita Qualidade de impressão (visualização, integridade do documento) Meio de registro Selos e Sinais
Elementos internos: Língua Estilo de linguagem Protocolo Inicial (Título/Assunto/Datas/Invocação/Titulação – nome e predicado do autor e destinatário/Saudação inicial) Texto (preâmbulo/exposição/notificação/dispositivo/sanção/corroboração/anúncio dos sinais de validação) Protocolo Final (precação/Saudação final/datas/subscrição)
Pessoas envolvidas na criação do documento: Autor da ação Autor do documento Destinatário da ação Destinatário do documento Escritor Testemunhas envolvidas
Estado de transmissão: Pré-original Original Pós-original
Informações complementares: Fundo produtor/recebedor Grupo Série Notação

Fonte: Tognoli, 2013

Por meio deste, a autora propôs um método de análise tanto aos documentos antigos, assim como aos contemporâneos, pois exibem elementos gerais a todos os modelos citados até o presente momento, incluindo ainda elementos de análise

tipológica, tais como: fundo, espécie e tipo documental contribuindo no fazer arquivístico com menos complicações e elementos que não contribuíssem na crítica.

Com isso, a proposta desta ferramenta metodológica seria entender de que forma as técnicas de análise diplomática foram levantadas bem como a forma que se sustentou ao longo dos anos, para que assim seus elementos comuns pudessem ser analisados de forma que os dados representassem semelhanças nos diversos contextos ou até mesmo se as mudanças haviam ocorrido nem nenhuma preocupação acerca de seus significados.

Demonstrando assim, que mesmo que seus métodos sejam diferentes, devido tratarem de documentos distintos, seus elementos centrais possuem a mesma função, sendo assim, o protocolo inicial dos diplomas da idade média possui a mesma intenção dos contidos nos documentos eletrônicos, convindo a corroborar para com a contribuição metodológica e teórica desta ciência afim de salientar a organização do conhecimento arquivístico no contexto contemporâneo.

3.2 DOCUMENTOSCOPIA

Nesta subdivisão discutiremos acerca da documentoscopia, expondo um breve histórico, aspectos gerais e as áreas de abrangência.

A documentoscopia ou documentologia, termos empregados no início do século XX, era apresentada como uma “disciplina que modernamente estuda os documentos para verificar se são autênticos no todo ou em parte e em alguns casos procura também identificar seu autor” (FORENSE, 1977 apud PEREIRA 2016).

Nesta época já havia uma preocupação acerca das fraudes documentais. O termo adotado sofreu resistência aos mais conservadores da área, haja vista os indivíduos que detinham o conhecimento para a leitura, em especial, textos paleográficos ser bastante limitado.

Sendo assim, poucos tinham condições para analisar esses documentos, os que apresavam eram conhecidos como “mestres escrivães” (escribas) e a posteriori os notários passaram a examiná-los.

Dessa forma, a documentoscopia dá-se como parte da criminologia ou criminalística e tem por objetivo analisar os documentos para verificar sua autenticidade e caso seja atestado o contrário, eles são encaminhados para análise

mais profunda que por sua vez busca identificar os autores do documento (PEREIRA, 2016).

A partir disto, consideramos como a área da criminalística de maior importância e abrangência, estando presente em quase todos os tipos de investigação criminal, tais como: de entorpecentes, fazendários, de pessoas, financeiro, crime organizado, esfera cível, dentre outros, sendo esses dois últimos intimamente relacionados a questão da produção do documento de identificação civil (PEREIRA, 2016).

Cabe ressaltar que, segundo Silva; Feuerharmel; Trindade (2014, p. 02) a definição de documento para a Documentoscopia diz que qualquer suporte é apto ao registro de uma marca, símbolo ou sinal que transmita uma mensagem, considerando-se como documento inclusive os sinais esculpidos em uma lápide.

Deste modo, a ciência de documentoscopia se distingue das outras, que se preocupam em analisar os documentos, devido ao fato de estar relacionada as técnicas de cunho policial, que por sua vez não se satisfazem com a comprovação de legitimidade do documento (MENDES, 2003).

Contudo, busca informar quem foi seu autor/produtor, os meios que foram empregados no ato de sua elaboração e ainda como se deu a forma de sua falsificação, expondo os elementos forjados e a comparação entre dois documentos, sendo um tido original e o outro como falsificado.

No transcorrer da pesquisa poucos foram os autores localizados que relatam sobre documentoscopia, em vista disso e para uma melhor compreensão de sua solidificação, apresentaremos os conceitos em ordem cronológica decrescente.

Desta forma, Silva; Feuerharmel; Trindade (2014, apud Rabelo, 1996) demonstra o conceito de documentoscopia como sendo um:

“Conjunto de conhecimentos e recursos especializados de ordem técnico-científica que tem por objeto a pesquisa, o estudo e a interpretação das falsificações e alterações de documentos, no que possam interessar ao esclarecimento e à prova de questões de fato, a serviço da justiça, tanto penal como civil”.

Somando a tal aspecto, Mendes (2003) complementa o conceito de documentoscopia como sendo:

[...] a parte da criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, caso contrário, determinar sua autoria [...] se

distingue de outras disciplinas, que também se preocupam com os documentos, porque ela tem um cunho nitidamente policial: não se satisfaz com a prova de ilegitimidade do documento, mas procura determinar quem foi o seu autor, os meios empregados, o que não ocorre com outras. (2003, p. 01).

Posto isto, tendo como base está perspectiva histórica sobre documentoscopia, ressaltando a presença de características entre esses conceitos que se assemelham. Assim sendo, Picchia Filho, e Picchia (2005, p.37) despontam que, Documentoscopia ou Documentologia – é a disciplina relativa à aplicação prática e metódica dos conhecimentos científicos, objetivando verificar a autenticidade ou determinar a autoria dos documentos.

Logo, os referidos autores expõem ainda que existe uma afinidade entre o conhecimento e os recursos especializados para o objeto de estudo e sua interpretação em vista a autenticidade dos documentos, o qual poderá ser utilizado como objeto de prova e esclarecimento sobre um fato ocorrido durante um serviço da justiça.

Para ratificar esse conceito, temos a Diretoria Técnico-Científica do departamento de Polícia Federal, que a define como:

“Disciplina que estuda, analisa e investiga, mediante metodologia e instrumental adequados, todo tipo de documento, com o objetivo de determinar sua autenticidade ou falsidade, neste caso, verificar em que consiste, bem como identificar as possíveis alterações e/ou manipulações sofridas” (SILVA; FEUERHARMEL; TRINDADE; 2014).

Partindo deste pressuposto, em que os conceitos abordados discutem a documentoscopia como sendo uma forma de estudo do documento, onde poderá ser representado por qualquer suporte que apresente uma mensagem explícita ou implícita, ou seja, que transmita a informação direta ou indiretamente.

Desta forma, observamos a abrangência e o campo de atuação que a documentoscopia possui, e que para cada área afim será necessário um treinamento específico, bem como instrumentos apropriados para a realização devida a análise documentoscópica do documento.

As técnicas que constituem a disciplina documentoscópica são diversas, mas, os mais dinâmicos em sua aplicabilidade são a Grafoscopia, os Meios

Documentoscópicos e as Alterações físicas dos documentos. Logo, conforme Del Picchia Filho (2005), entende-se por:

- **Grafoscopia** – a técnica encarregada de analisar a autenticidade e/ou determinar a autoria do grafismo. É composta pela parte teórica sobre sua definição, conceituação de escrita e grafismo, além dos princípios fundamentais, das leis do grafismo (da primeira à quarta lei) e do postulado geral de pellat.
- **Meios Documentoscópicos** – é o aparelho que irá auxiliar o perito na busca das informações sobre um determinado fato. As ferramentas mais utilizadas na coleta dos indícios são: as lentes ou lupas, iluminação do local, microscópios, ultravioletas, raios infravermelhos, monocromatizadores, colorímetros e [espectrógrafos], medidores, reativos químicos, fotografia, computadores, montagem de gabinete de documentoscopia judiciária e aparelhamento para exames contínuos e urgentes.
- **Alterações físicas dos documentos** – os documentos são objetos mais susceptíveis a fraudes documentais atualmente, eles podem sofrer mudanças de até quatro formas diferentes, são elas: rasuras, reagentes químicos, acréscimos ou recortes.

A partir do exposto por Silva; Feuerharmel; Trindade (2014), Silva (2017) exhibe a divisão das três áreas que compõe a documentoscopia, bem como seus exames correspondentes (quadro 03).

Quadro 03 - Áreas e exames Documentoscópicos.

Nº	Área	Tipos de exames
1º	Autenticidade ou falsidade documental	Identificar as alterações documentais (aditivas ou subtrativas).
2º	Confronto grafoscópico	Exames de autoria e autenticidade gráfica.
3º	Equipamentos	Exames feitos para identificar ou descartar equipamentos de impressão.

Fonte: Silva (2017).

Sendo assim, abordamos quanto aos elementos do quadro 03, dando ênfase a autenticidade ou falsidade documental, bem como o confronto grafoscópico, devido à falta de material disponível online que sirva de fundamentação para análise e discussão acerca do quesito 3 (equipamentos), os quais somente os peritos atuantes na área podem relatar com mais propriedade.

Por meio destes processos, a documentoscopia busca identificar a autenticidade ou a fraude em um documento. Vale salientar que, segundo Silva; Feuerharmel; Trindade (2014, p. 07) para a Documentoscopia

O termo autenticidade refere-se à veracidade ou legitimidade de um documento (autenticidade documental), ou de um lançamento gráfico impresso ou manuscrito (autenticidade gráfica). No caso da autenticidade documental, a aferição é realizada por meio da comparação entre algum documento (que se sabe ser autêntico) e o documento questionado.

Em sua amplitude, autenticidade documental denota que determinado documento foi produzido tendo suas informações baseadas na legislação vigente, detentoras de valor jurídico, são elas: a Lei Federal nº 12.527 de 2011 a qual regula o acesso a informação e define o documento como “uma unidade de registro de informações, qualquer que seja seu suporte”; os artigos 387 e 434 do Código de Processo Civil (CPC) de 1973, os quais tratam da falsificação documental e de seu exame para identificação, respectivamente; bem como o artigo 3º da Lei 7116/1983 e as normas ABNT 15368:2016, 15539:2016 e 15540:2013, conforme abordado no capítulo 2 deste trabalho.

Todavia, partindo do ponto de vista de Del Picchia Filho (2005) a documentoscopia observa o preceito de autenticidade de várias perspectivas, porém a que prevalece e a de que o documento autentico é o real, ou seja, não sofreu nenhuma alteração desautorizada, além do que, deve ser elaborado por uma pessoa competente, seja no âmbito público ou privado, sendo fidedigno desde sua origem até a finalidade para o qual foi criado.

Conforme exposto no sub tópico 2.1 desta pesquisa, ressaltamos as normas para impressão gráfica, tecnologia e análise de segurança dos documentos civis e a documentoscopia por sua vez analisa este documento, afim de identificar a identidade física do escritor, o qual é responsável pela firma ou assinatura; portanto caso seja detectado que o mesmo tenha produzido o documento, possuirá a assinatura autentica, caso contrário será considerado falso.

Ao se aplicar a teoria na prática, é preciso compreender quais são os parâmetros que amparam a Documentoscopia na busca da comprovação se existe ou não práticas de falsificação em documentos considerados de caráter suspeitos.

Complementando essas práticas temos o confronto grafoscópico onde serão realizados exames afim de verificar a autoria, bem como a autenticidade gráfica do documento questionado, desta forma cabe ressaltar que a Grafoscopia se preocupa em analisar os escritos do documento, tornando-se provavelmente a área da documentoscopia mais solicitada durante uma investigação criminal.

Entretanto, iremos conceituar o que trata esta área para aqueles que a desconhecem, De acordo com Silva; Feuerharmel; Trindade (2014) a “Grafoscopia e a área da documentoscopia que se presta ao exame em escritos, com o principal objetivo de determinar, a partir da comparação entre escritos, se foram produzidos pelo mesmo indivíduo”.

Todavia, devemos atentar para que a mesma não se confunda a grafologia, afinal está voltada para o estudo da escrita, traçando a identidade do autor, enquanto que a primeira busca identificar a autoria do documento, corroborando a isso, esta área ainda é definida por Justino (2001) como, [cujos fins estão voltados para a verificação e autenticidade dos documentos fazendo com que sejam demarcadas as suas características físicas no ato de elaboração do documento].

A partir disso, Santos (2004, *apud* SILVA 2017, p. 19) expõe a divisão dos elementos técnicos abordados nos exames grafoscópicos como no quadro 04:

Quadro 04 - Elementos técnicos usados em Grafoscopia.

Genéricos	Genéticos
Dividem em calibre, espaçamento, proporção, comportamento, pauta, comportamento base, valores angulares, valores curvilíneos e inclinação axial;	Subdividem em dinâmicos (pressão, progressão) e trajetos (ataques, desenvolvimentos, remates, mínimos gráficos). Cada um desses elementos pode ser enquadrado em um exame grafoscópico, com convergência ou divergência (mínima, média e máxima).

Fonte: Silva (2017).

Por meio disso se observa que estes elementos podem aparecer em assinaturas autênticas, as quais podem ser grafadas por pessoas com problemas de saúde ou de idade elevada, assim dificultando ao perito a autenticidade do documento apresentado, em vista disso cabe uma maior atenção por sua parte ao analisar o documento.

A eficiência do perito parte de suas experiências profissionais, discernimento analítico e sua capacidade de percepção, sem depender muito de instrumentos custosos e vistosos. Sendo assim, o maior laboratório que um perito pode utilizar é seu cérebro e não somente os recursos materiais e físicos ao seu alcance (DEL PICCHIA FILHO, 2005).

Porém, isso não significa que o perito deixará de utilizar-se das ferramentas que contribuem para a resolução de seu trabalho; os instrumentos físicos servirão

para ajudar na captação das provas materiais, enquanto seu olhar clínico profissional e a reunião dos dados, contribuirão em uma análise dinâmica acerca da interpretação dos fatos em busca de um resultado lógico.

Em vista disso, esses processos partem dos exames grafoscópico, onde o profissional irá analisar a ortografia do registro, sendo que cada grafia é única, pois nelas são impressos os hábitos de escrita do seu redator, tais como: força, forma e ligação entre as letras, seu modo de escrita (estilo), a velocidade, dentre outros.

Consoante D'almeida et al (2015), ressalta que existem adventos da tecnologia com informações novas e capazes de sistematizar o meio de trabalho do profissional, haja vista, sua necessidade em tornar-se evidente quando se trata dos documentos de segurança, bem como os documentos comuns.

Conforme Silva; Feuerharmel; Trindade (2014):

A análise grafoscópica visa, basicamente, à determinação da autoria de uma escrita e normalmente consiste na comparação dos hábitos gráficos de uma determinada pessoa com aqueles observados nos escritos cuja autoria se deseja identificar. Em geral, essa atividade implica um confronto entre as características gráficas de pelo menos dois conjuntos de manuscritos, um deles de autoria conhecida, os padrões gráficos, e o outro de autoria a ser definida, os manuscritos questionados. (SILVA; FEUERHARMEL; TRINDADE; 2014. p.191).

Partindo desse pressuposto, ressaltamos ainda elementos que devem ser observados pelo profissional, em que os mesmos deixam resíduos no documento via subtração, são eles: lesões no papel (rasgos, amputação, lavagem química e delaminação), oxidação e sulcos, assim como alterações físicas no documento por adição como: retoque, emenda, inserção e sobrecarga, a seguir apresenta-se as definições de cada elemento de análise acima apresentado.

As alterações de documentos são vistoriadas segundo Silva; Feuerharmel; Trindade (2014) “através de métodos físicos, como a observação com o auxílio de instrumentos de ampliação, o uso de fontes de iluminação com comprimentos de ondas específicas, bem como o uso de solventes adequados”, com base nisso inferimos que a alteração do documento pode ser toda e qualquer variação impetrada sobre o arranjo documental.

Dessa maneira observamos que as mudanças podem variar entre material e ideológica, onde a primeira está relacionada em apresentar as alterações físico-

químicas do documento, enquanto a segunda reflete as alterações textuais ou adversas ao que nele deveria constar.

Conceituamos as alterações por supressão ou subtração aquelas modificações que retiram dos documentos dados que nele deveriam constar desde sua elaboração, estão divididos em amputações, rasuras, delaminações e lavagem química.

- 1- Amputação: Ato ou efeito de extrair parte do documento, suprimindo parte de sua informação ou até mesmo incluindo informações em seu registro (SILVA; FEUERHARMEL; TRINDADE; 2014).
- 2- Delaminações: Partindo do pressuposto de Silva; Feuerharmel; Trindade (2014) este seria o meio onde ocorre uma raspagem acentuado na base, entretanto não chega ultrapassar ao seu verso, neste processo observa-se a utilização de dois registros documentais onde um sofreu a raspagem e o outro será utilizado para colar a parte do documento que se quer assemelhar.
- 3- Lavagem química: Conforme D'almeida et al (2015) o processo de lavagem química de um documento pode ser total ou parcial, essa modalidade de modificação “consiste em fazer desaparecer parte ou totalidade de um texto mediante o emprego de reagentes químicos”, tais como: sódio, bi sulfato de sódio, álcool, dentre outros.
- 4- Rasuras: Neste processo se extrai uma peça do documento a partir da utilização de uma borracha ou objeto similar, onde identifica-se se a rasura foi rasa ou superficial, sendo a primeira responsável pela extração de todo o registro do documento e a segunda onde se extrai apenas parte dele, vale ressaltar que a distinção dos dois se dá por meio do confronto com a luz onde poderá ser observado a transparência no documento (MENDES, 2003).

Paralelo a isso, as alterações aditivas partem do princípio de acréscimo de informações modificando o documento e ensejando a fraude ou até mesmo a correção de um erro anterior, são elas: Inserção, retoque, sobrecarga e emenda.

- 1- Inserção: e o processo onde ocorre a inserção de sinais gráficos, tanto no texto escrito quanto no impresso, para trocar vocábulo ora rasurado,

contudo para que o profissional se atente quanto ao reconhecimento desse tipo de acréscimo deve-se observar os vestígios deixados junto ao documento no ato, tais como: presença de tintas diferentes, mudança de orientação da escrita, as aglutinações e os reflexos deixados pelo modo de escrita (MENDES, 2003).

- 2- Retoque: são pequenas alterações realizadas para aprimorar a legibilidade do texto, nos casos de adulteração do documento, esta é utilizada para que o texto fique o mais parecido possível com o oficial (MENDES, 2003).
- 3- Sobrecarga: destaca-se pelo fato da presença de ocultação total ou parcial dos dados impressos ou escritos manualmente no documento; Silva; Feuerharmel; Trindade (2014) divide esta área em 3 partes, recobertura, cancelamento e obliteração; sendo a primeira voltada para o registro de um novo registro acima do inicial, o segundo se dá por meio da utilização de materiais que possibilitem o bloqueio de visão das informações constantes no documento como o corretivo, a esferográfica ou até mesmo a colagem de algum suporte sobre o documento; e pôr fim a obliteração que utiliza-se de parte ou todos os outros meios descritos nessa categoria, contribuindo para a ocultação de parte dos dados do documento.
- 4- Emenda: São aquelas alterações realizadas principalmente em números com o intuito de alterar o texto original em vista de benefício próprio ou de outrem, segundo Silva (2017) a sua identificação se dará a partir da utilização “de filtros e instrumentos de ampliação, para identificar se a quantidade de informações presentes condiz com o esperado para o tipo de informações que deveriam existir no documento em questão”.

Cabe ressaltar ainda as várias formas de falsificação de assinaturas em um documento, são elas: Por memória, sem imitação, com modelo a vista (imitação), por decalque e exercitada.

- 1- Falsificação por memória: É aquela realizada por meio de sua memória onde não se tem outro documento em que possa se basear; usualmente a primeira letra do documento estará bem copiada, as demais por sua vez estarão visíveis que passaram pelo processo de falsificação por memória, pois teremos um documento com dois tipos de escritas diferentes.

- 2- Falsificação sem imitação: É o meio de falsificação de assinatura mais simples devido ao fato de que quem a pratica não se importa em reproduzir a assinatura, muito pelo contrário, para poupar tempo apenas vai assinando aqueles documentos em branco (MENDES, 2003).
- 3- Falsificação com modelo à vista ou de imitação servil: São aquelas elaboradas a partir de um modelo tido como base, este método é um dos mais fáceis a ser identificados devido ao fato de mostrar elementos na escrita que o identificam, como: traçado lento, presença de pontos de pressão, dentre outros (SILVA; FEUERHARMEL; TRINDADE, 2014).
- 4- Falsificação de assinatura por decalque: este processo pode se dar de duas formas distintas: direta e indireta, onde a primeira “a imitação é realizada diretamente em uma folha colocada sobre o modelo [...] a assinatura modelo fica visível na folha de cima e seu traçado é percorrido por uma caneta” (SILVA; FEUERHARMEL; TRINDADE, 2014). A segunda por sua vez recebe o decalque indireto quando o falsário executa a reprodução a lápis no documento e em seguida cobrindo-o com caneta e retirando o lápis com uma borracha, onde também ficará o vestígio do ato.
- 5- A falsificação exercitada ou por imitação livre: É aquela considerada pelos profissionais como a mais complexa em termos de reconhecimento devido ao fato de que o falsificador detém a assinatura que irá falsificar sobre sua posse e passa a treina-la incansavelmente, contudo esse processo dependerá ainda da capacidade de cognição do falsário, contudo salientasse ainda que a dificuldade de reproduzir a assinatura dependerá da complexidade de características na assinatura da vítima, habilidade do falsário, assim como da importância que se passa ao documento falsificado (SILVA; FEUERHARMEL; TRINDADE, 2014).

Segundo D'almeida, et al (2015) para que seja atestado a veracidade de um documento, os peritos utilizam-se de processos analíticos, os quais exigem conhecimento de materiais e processos utilizados na confecção dos documentos, em vista disso, é primordial a troca de conhecimento entre os profissionais técnicos, sejam eles do âmbito industrial ou acadêmico para com os peritos.

Vale salientar que, devido o intuito desta pesquisa, abordaremos somente o documento de segurança, em que a cédula de identidade se enquadra tendo em conta

que o mesmo possui meios para sua identificação, os quais são delineados a partir da interação entre os profissionais envolvidos na elaboração do padrão, sendo assim torna-se evidente a presença de técnicas para atestar a veracidade ou falsificação dos documentos.

Conforme abordado anteriormente, um padrão é estabelecido para essa análise, desta forma dentre os pontos principais estão:

- O conhecimento das especificações do produto, principalmente dos elementos de segurança incorporados ao papel e às impressões;
- A busca por um padrão (peça similar autêntica);
- A verificação da concordância do documento com o padrão;
- A verificação de rasuras, que consiste em alteração mecânica para a remoção de lançamentos. A rasura é geralmente produzida pelo atrito de uma borracha, uma raspadeira ou um instrumento similar;
- A verificação de lavagem química, total ou parcial. A lavagem química é uma modalidade de alteração documental que consiste em fazer desaparecer parte ou totalidade de um texto mediante o emprego de reagentes químicos;
- A verificação de acréscimos, que consiste na inserção de traços, letras, números, símbolos, sílabas, palavras ou frases em um documento já elaborado;
- A verificação de recortes, ou seja, cortes no suporte do documento efetuados com auxílio de tesoura, estiletes e/ou instrumentos similares;
- A análise grafotécnica (lançamentos manuscritos); e
- A análise da expedição

Sendo esta última onde se observa, “o órgão expedidor, responsável para cada tipo de documento, analisando as impressões fac-similares de carimbos, as chancelas mecânicas, as impressões eletrônicas/mecanográficas dos dados variáveis, as assinaturas dos responsáveis pela expedição, entre outros” (D’ALMEIDA ET AL, 2015).

Além do mais, a Documentoscopia estuda apenas fraudes documentais causadas por vestígios materiais, sendo seu maior problema a falta de materiais que possam estabelecer qual a idade do documento, fator no qual o perito não tem aporte para solucionar. Arriscando-se esse momento, para a inclusão dos estudos diplomáticos em vista de sua interação com a documentoscopia, a fim de solucionar o primeiro de muitos obstáculos.

4 INTERLOCUÇÃO ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E DOCUMENTOSCOPIA.

Neste momento do trabalho analisaremos as áreas apresentadas para que assim possamos verificar se nossa suposição se justifica ou não.

Partindo do pressuposto de que as ciências podem se complementar, para esclarecer este assunto, resgataremos os pontos até aqui apresentados em detrimento de destacar aspectos que possam definir a evolução ou unicamente conexões que sejam condescendentes e que possam ser os gatilhos necessários para que a temática se desenvolva na área Arquivística, afim de uma aproximação com a área forense.

Sendo assim, iniciaremos expondo que ambas as ciências tratam diretamente dos documentos, onde cada uma delas apresenta um determinado grau de abrangência, onde, a diplomática mostra-se mais voltada para a estrutura e a gênese do documento e a documentoscopia por sua vez, está mais ligada aos meios técnicos e abrangentes do documento, onde busca analisar desde a menor alteração afim de identificar uma possível adulteração.

Ressaltamos ainda que, a Diplomática admite fazer uma análise cuidadosa do documento dando maior atenção as suas partes, por meio de seu fim jurídico e formal, para que assim alcance sua verificação de fidedignidade e autenticidade, tendo suas informações como fator elementar principal, os quais seguem um padrão técnico voltado a finalidade para a qual foi elaborado.

Em vista disso, utiliza-se das espécies e tipologias documentais para realizar a análise do documento a partir do princípio da proveniência, assim como da análise tipológica, a partir das quais se observam os aspectos externos relacionados a estrutura do documento e, portanto, relaciona-lo com a sua gênese.

Paralelo a isso, a documentoscopia tem o intuito de verificar a autenticidade e autoria dos documentos, com conhecimentos técnicos voltados as práticas e métodos que auxiliam desde a averiguação das provas até as respostas obtidas por meio dos exames realizados (ver quadro 03); esta ciência possui determinados procedimentos e exames técnicos que auxiliam o profissional na identificação de possíveis falsificações no documento, com a finalidade de eximir qualquer dúvida e teor que chegue a ser explicado inadequadamente, a partir disso se expõe se estes elementos, assim como seus aspectos:

Quadro 05 - Técnicas utilizadas na verificação de autenticidade do documento a partir da documentoscopia.

MÉTODOS DE ANÁLISE PROPOSTO PELA DOCUMENTOSCOPIA	
<i>Elementos de análise</i>	<i>Aspectos conceituais</i>
O conhecimento das especificações do produto	Elementos de segurança incorporados ao papel e às impressões
A busca por um padrão	Comparação com peça similar autêntica
Verificação da concordância	Comparar com o padrão
Verificação de rasuras	Alteração mecânica para a remoção de lançamentos
Verificação de lavagem química	Presença de intervenção química.
Verificação de acréscimos	Modificações realizadas diretamente no documento
Verificação de recortes	Aspecto de cortes no suporte do documento
Análise grafotécnica	Presença de lançamentos manuscritos
Análise da expedição	Analisa o contexto de expedição do documento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio destes elementos de análise apresentado no quadro 05 a documentoscopia pode identificar as condições as quais o documento foi elaborado, seus elementos externos e internos e seu produtor. Contudo, não se observa a presença de meios adequados para a identificação cronológica de elaboração do mesmo, visto que até então preocupou-se somente em estudar as fraudes documentais impetrada aos documentos.

Transitando para a análise técnica conseguimos verificar que a Diplomática e a Documentoscopia partilham de muitas condições entre si, podendo se observar os elementos internos e externos e o gênero documental que por sua vez são respeitados nas duas ciências. Entretanto, mesmo que não haja o conhecimento pertinente entre as disciplinas elas acabam se complementando, pois trabalham juntas no processo de reconhecimento da autenticidade documental.

Desta forma, se exhibe que o documento diplomático advém de um ato/atividade jurídico/administrativa, a qual compreende que todo documento pode ter valor Jurídico e com isso poderá ser analisado pericialmente ou diplomaticamente, dessa maneira o perito não deverá deixar de considerar a gênese deste documento, afinal ela não deixará de existir, a seguir apresenta-se uma possível interlocução entre estas áreas:

Quadro 06 - Interlocução entre a Diplomática Contemporânea e a Documentoscopia

INTERLOCUÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS	
<i>Diplomática Contemporânea</i>	<i>Documentoscopia</i>
Espécie documental	
Tipo documental	
Categoria Documental: Dispositivo Probatório Informativo	
Natureza do ato: Público Privado	Análise da expedição
Elementos externos: Material Tipo de escrita Qualidade de impressão (visualização, integridade do documento) Meio de registro Selos e Sinais	O conhecimento das especificações do produto e Análise grafotécnica
Elementos internos: Língua Estilo de linguagem Protocolo Inicial (Título/Assunto/Datas/Invocação/Titulação – nome e predicado do autor e destinatário/Saudação inicial) Texto (preâmbulo/exposição/notificação/dispositivo/sanção/corroboração/ anúncio dos sinais de validação) Protocolo Final (precação/Saudação final/datas/subscrição)	Análise da expedição
Pessoas envolvidas na criação do documento: Autor da ação Autor do documento Destinatário da ação Destinatário do documento Escritor Testemunhas envolvidas	Análise da expedição
Estado de transmissão: Pré-original Original Pós-original	Análise da expedição
Informações complementares: Fundo produtor/recebedor Grupo Série Notação	Análise da expedição
	A busca por um padrão
	Verificação da concordância
	Verificação de rasuras
	Verificação de lavagem química
	Verificação de acréscimos

INTERLOCUÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS	
	Verificação de recortes

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme apresentado no quadro 05, se comparou os dois modelos de análise realizando a possível interlocução entre as áreas expondo seus pontos correlacionados e suas divergências.

Sendo assim, verificamos que estas ciências apresentadas se relacionam nas partes textuais, numéricas e em que tem a presença de sinais no documento, em contrapartida se divergem nos pontos de tratamento do documento, os quais são mais evidenciados na documentoscopia devido seus exames específicos.

A seguir apresentamos os dois padrões de análise para exemplificar o exposto até o presente momento, os mesmos estão indicados nos quadros 06 e 07, diplomática e documentoscopia.

Vale ressaltar que, não se incluiu o documento (RG) analisado por se tratar de um documento pessoal e representativo no âmbito social.

Quadro 07 - Padrão de análise diplomática

Padrão de análise diplomática – Tognoli (2013)
Espécie documental: Cédula
Tipo documental: Cédula de Identidade
Categoria Documental: Probatório e Informativo
Natureza do ato: Público
ELEMENTOS EXTERNOS: Material: Papel moeda Tipo de escrita: Digitada e Manual Qualidade de impressão: Legível Meio de registro: Tinta Selos e Sinais: Brasão do estado do Pará, carimbo perfurante grafado PCIVIL na foto, carimbo do Diretor da Dicem, marca d'água com o escudo da República Federativa do Brasil,

Padrão de análise diplomática – Tognoli (2013)
ELEMENTOS INTERNOS: Língua: Portuguesa Estilo de linguagem: Formal PROTOCOLO INICIAL Título: ---- Assunto: ---- Datas: tópica – Pará; Cronológica: data de expedição do documento. Invocação: ---- Titulação: República Federativa do Brasil Destinatário: ---- Saudação inicial: ---- TEXTO Preâmbulo: ---- Exposição: ---- Notificação: Carteira de Identidade Dispositivo: Válida em todo o território Nacional Sanção: Lei N°: 7116 de 29/08/1983 Corroboração: Polícia Civil / Diretoria de Identificação PROTOCOLO FINAL Precação: Proibido plastificar Saudação final: ---- Datas: ---- Subscrição: Polícia civil
Pessoas envolvidas na criação do documento: Autor da ação: Diretoria de identificação Autor do documento: Diretoria de identificação Destinatário da ação: ---- Destinatário do documento: ---- Escritor: ---- Testemunhas envolvidas: Antônio Ricardo Teixeira Moura Paula
Estado de transmissão: Original
Informações complementares: Fundo produtor/recebedor: Governo do Estado do Pará Grupo: Polícia civil Série: Diretoria de identificação Notação: Número do prontuário ao qual foi registrado o documento, o mesmo encontra-se no rodapé, anverso esquerdo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no modelo proposto por Tognoli, 2013.

Salientamos que não se forçou a metodologia para que a mesma atendesse aos elementos pedidos na diplomática contemporânea, com base no modelo proposto por Tognoli (2013), afinal ele em si não contesta, contudo o que atende ao proposto e seu contexto, entretanto o objeto utilizado aqui é o documento em si, ou seja, seus elementos internos e externos.

Quadro 08 - Padrão de análise da documentoscopia

O conhecimento das especificações do produto: papel moeda, tinta, marca d'água, fundo numismático, faixa de micro letras (positivas e negativas), tarja calcográfica e tinta invisível.
A busca por um padrão: ----
Verificação da concordância: ----
Verificação de rasuras: ----
Verificação de lavagem química: observou-se a perda de informações devido contato com solução líquida, possivelmente suor.
Verificação de acréscimos: Inserção: Não possui Retoque: Não possui Sobrecarga: Não possui Emenda: Não possui
Verificação de recortes: Amputação: Não possui Delaminação: Não possui
Análise grafotécnica: carimbo, assinaturas, selos, Número do prontuário ao qual foi registrado o documento, texto proveniente de outros documentos.
Análise da expedição: Natureza do ato: Público Autores do documento: Diretoria de identificação, Papiloscopista Antonio Ricardo Teixeira Moura Paula Estado de transmissão: Original Texto Preâmbulo: ---- Exposição: ---- Notificação: Carteira de Identidade Dispositivo: Válida em todo o território Nacional Sanção: Lei N°: 7116 de 29/08/1983 Corroboração: Polícia Civil / Diretoria de Identificação Informações complementares: Fundo produtor: Governo do Estado do Pará Grupo: Polícia civil Série: Diretoria de identificação

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se pode evidenciar alguns dos elementos intrínsecos e extrínsecos ao documento estão presentes em ambos os modelos, entretanto existem pontos que não se correlacionam, haja vista, a especificidade de cada área.

Por meio destas práticas metodológicas acerca da cédula de identidade, inferimos às seguintes conclusões para a interlocução entre as ciências abordadas.

Atestamos que a Documentoscopia possui recursos e partes que podem ser inseridas na Diplomática contemporânea a fim de acrescentar conhecimentos através de suas aptidões quanto ao seu modo prático e metódico, assim como suas técnicas formais, com a intenção de que, a Diplomática com seu raciocínio teórico, ao passo em que pode auxiliar a Documentoscopia do ponto de vista teórico-científico.

Afinal, a documentoscopia é voltada para a busca do aspecto prático, na qual visa identificar a autenticidade ou falsificação de um documento; sendo assim, aferimos que: a ligação entre essas áreas de estudo está cada vez mais evidente, por meio da Diplomática e da documentoscopia, haja vista que seus objetivos de estudo, assim como os elementos conversam entre si e se complementam por intermédio das técnicas particulares de cada área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo os processos para o reconhecimento da veracidade dos documentos, bem como seus conceitos, ambos baseados nas ciências Diplomática com enfoque principal na contemporaneidade e a documentoscopia, a partir disso se expôs as definições, critérios, atributos e metodologias, as quais contribuíram para com a resolução da situação problema e a justificativa deste.

Ao passo em que se pretende chegar a autenticação de um documento, utilizamos na Diplomática, métodos críticos, tipologia documental e as espécies para que assim possamos analisar o princípio de proveniência, analisando cuidadosamente o documento abordado por meio de seu cunho jurídico e formal, tendo por base as informações intrínsecas ao documento.

A documentoscopia por sua vez, analisa a autenticidade e produtor dos documentos, por meio de técnicas de análise destrutivas ou não, as quais auxiliam desde a verificação dos dados informados aos resultados obtidos por meio dos exames específicos, os quais são utilizados como forma de atestar completamente que o documento abordado está livre de falsificações até o presente momento

Desse modo pudemos observar que as áreas têm conhecimento acerca da existência da outra, contudo seus estudos de afinidade ainda não são tão explorados, com isso ressaltamos a necessidade de que haja um maior interesse por parte dos pesquisadores, assim como, dos cursos para que a temática não fique esquecida a ponto de que a diplomática não se utilize das técnicas documentoscópica, as quais podem ser de grande valia para a área Arquivística.

Afinal, a Arquivística transcende a ideia de que o profissional está ali apenas para guardar papel, e sim para gerenciar, classificar, avaliar, recuperar, dentre outros.

Atestamos a existência de afinidade entre a Criminalística e a Arquivística mediante a conceituação de cada disciplina, as quais foram especificadas no decorrer dos capítulos anteriores, sendo assim ampliamos a forma como este tema pode ser abordado, aonde buscamos cumprir com os objetivos propostos, delineando uma possível metodologia que abrangesse as duas ciências para que houvesse a interlocução que é o objetivo principal desta pesquisa.

Com isso, chegamos à conclusão de que existe sim a correlação entre as áreas, por meio da diplomática contemporânea e documentoscopia, onde seus elementos e componentes de estudo são idênticos.

Por meio disso, podemos prosseguir este estudo correlacionando as áreas, fomentando o debate em sala de aula, instigando pesquisas em um programa de pós-graduação no qual aprofundaremos os estudos nos métodos de análise para o reconhecimento de falsificação, enriquecendo o conhecimento de ambos profissionais em busca de um objetivo comum, o reconhecimento de falsificação documental.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 19 out 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 15368:2006** - Tecnologia gráfica - Terminologia de elementos para uso em impressos de segurança. São Paulo: ABNT. 3p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 15539:2007** - Tecnologia gráfica - Métodos de identificação de elementos de segurança. São Paulo: ABNT. 29p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 15540:2013** - Tecnologia gráfica - Análise de um sistema de segurança - Requisitos. São Paulo: ABNT. 16p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV editora, 2004.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1940). **Decreto Lei nº 2848**, de 07 de dezembro de 1940. . Rio de Janeiro, RJ, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1983). **Lei nº 7116**, de 29 de agosto de 1983. Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências. Brasília, DF, 29 ago. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7116.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Constituição (2018). **Decreto nº 9278**, de 05 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. Brasília, DF, 05 fev. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9278.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

CÂMARA, E. S.; FEURHARMEL, S. Documentoscopia: Aspectos Científicos, Técnicos e Jurídicos. **Millenium, Brasil**, p. 85-290, 2014.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **A representação da informação do documento de arquivo**: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2014

DEL PICCHA, José Filho. Documentoscopia: Conceito e história. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 259, f. 889-890-891, p.336-338, jul., ago., set. 1977.

D'ÁLMEIDA, M. L. O; KOGA, M. E. T; GRANJA, S. M. **Documentoscopia**: o papel como suporte de documentos. São Paulo: IPT, 2015.

FERREIRA, Nadja Helena dos Santos. **Diplomática versus Documentoscopia**: correlação entre a Arquivologia e a Criminalística. 2015. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9947/1/PDF%20-%20Nadja%20Helena%20dos%20Santos%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

GOVERNMENT, Brazilian. **Novo modelo da cédula de identidade brasileira**. 1992. Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Modelo_da_nova_carteira_de_identidade_brasileira.jpg>. Acesso em: 22 jun. 1992.

JUSTINO, Edson José Rodrigues. **O grafismo e os modelos escondidos de Markov na verificação automática de assinaturas**. 2001. 153 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Informática Aplicada, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1333>. Acesso em: 30 nov. 2019.

LIMA, E. S.; FLORES, D.. Da Diplomática Clássica à Diplomática Contemporânea: uma revisão de literatura. **Archeion online**, v. 3, p. 14-37, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14797>> acesso em: 18 out 2019.

MENDES, Lamartine Bizarro. **Documentoscopia**: tratado de Perícias Criminalísticas. 2. Ed. Campinas, SP: Millenium, 2003.

PEREIRA, Marcio Claudio da Silva. **Quando, como e por que a diplomática foi introduzida na arquivística**: e com uma breve passagem pela Paleografia e Documentoscopia. 2016. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/2715>>. Acesso em: 02 out. 2019.

RABELLO, Eraldo. **Curso de criminalística: uma sugestão de programa para as Faculdades de Direito**. Sagra-Dc Luzzatto, 1996.

RIO DE JANEIRO. Ascom-assessoria de Comunicação Social. Ministério da Justiça e Segurança Pública (Org.). **Projeto InterPares**. 2016. Coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/acoes-internacionais/83-projeto-interpares.html>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 19 out 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. Editora FGV, 2014.

SIGNIFICADO de Know-how. 2019. **SIGNIFICADOS**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/know-how/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Elyvelton Yure Pessoa da. **A documentoscopia como evolução da diplomática nos processos informacionais dos documentos físicos**. 2017.

SILVA, William; FLORES, Daniel. A diplomática contemporânea: reflexões sobre sua aplicabilidade na era digital. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.351-370, 17 mar. 2018. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n1p351>. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/24421/23248>>. Acesso em: 18 out. 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.1, p.21-44, Jan./Mar. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084>> Acesso em: 18 out 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso**. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 38-47.

ANEXO A - Solicitação do e-sic sobre o quadro de funcionário da polícia civil.

24/10/2019

Editor de Rich Text, form_questions: j_idt369:0 j_idt499 j_idt549

SIC.PA Nº 2348/2019 - PCPA: Resposta de Solicitação de Acesso à InformaçãoSenhor(a) **milton bezerra gomes neto**,

Segundo informações da Diretoria de Recursos Humanos da Polícia Civil "Informamos que esta instituição policial não possui servidores da categoria arquivista, o que impossibilita o fornecimento das informações solicitadas."

Atenciosamente.

Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA

Site: <http://www.policiacivil.pa.gov.br>

Avenida Magalhães Barata, 209

Complexo da Polícia Civil

CEP: 66040-903 - Nazaré - Belém - Pará

Comercial: (91) 4006-9094 / Fax: 3223-2963